



# Resolução de Questões

## Direito Tributário

**André Portella**

# **PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SALVADOR**

PROCURADOR ARACAJU (CESPE – 2008), BOA VISTA  
(2010), NATAL (2008), IPOJUCA (2009), BAHIA 2014,  
PERNAMBUCO (2012), TC/DF (2013)

# Estrutura Geral das Resoluções

**Direito Tributário: 38 questões**

# **Estrutura dos Módulos**

**Módulo I: Tributo; Competência Tributária; impostos, taxas e contribuições em espécies; Legislação Tributária; Obrigação Tributária (18 Q.)**

**Módulo II: Sujeito Passivo; Lançamento Tributário; Crédito Tributário; Dívida Ativa; Processo Tributário (20 Q.)**

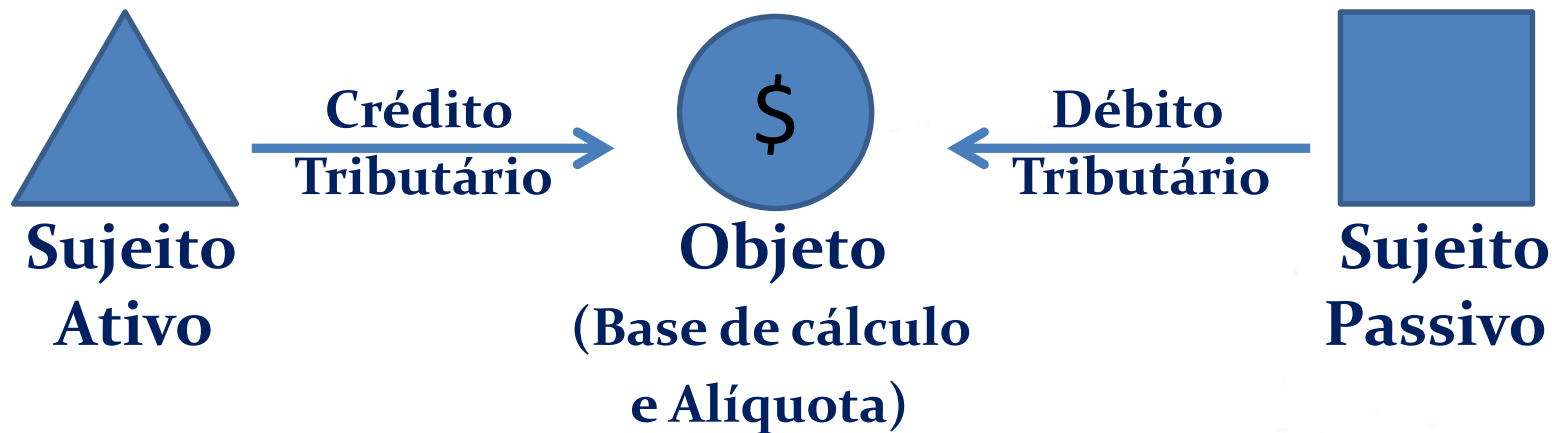
# Módulo II: 20 Questões

1. Sujeito Passivo (07 questões)
2. Lançamento Tributário (02 questões)
3. Crédito Tributário (02 questões)
4. Dívida Ativa (05 questões)
5. Processo Tributário (01 questão)

# SUJEITO PASSIVO

07 QUESTÕES

# Elementos da Obrigação Tributária





# Elementos da Obrigação Tributária

**\* Sujeito ativo: pessoa jurídica de direito pública titular da competência para exigir o seu cumprimento (CTN, art. 119)**

# Sujeito Passivo

## \* Sujeito Passivo:

- da obrigação principal: pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária (CTN, art. 121)
- da obrigação acessória: pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto (CTN, art. 122)

# Sujeito Passivo

## \* Classificação da Sujeição Passiva Tributária

- Contribuinte

- Solidariedade

\* Responsabilidade

{ por Substituição  
por Sucessão  
de Terceito  
por infração

# Sujeito Passivo

**\* Capacidade jurídica tributária (CTN, art. 126)**

**- A capacidade tributária passiva independe:**

**a) da capacidade civil das pessoas naturais;**

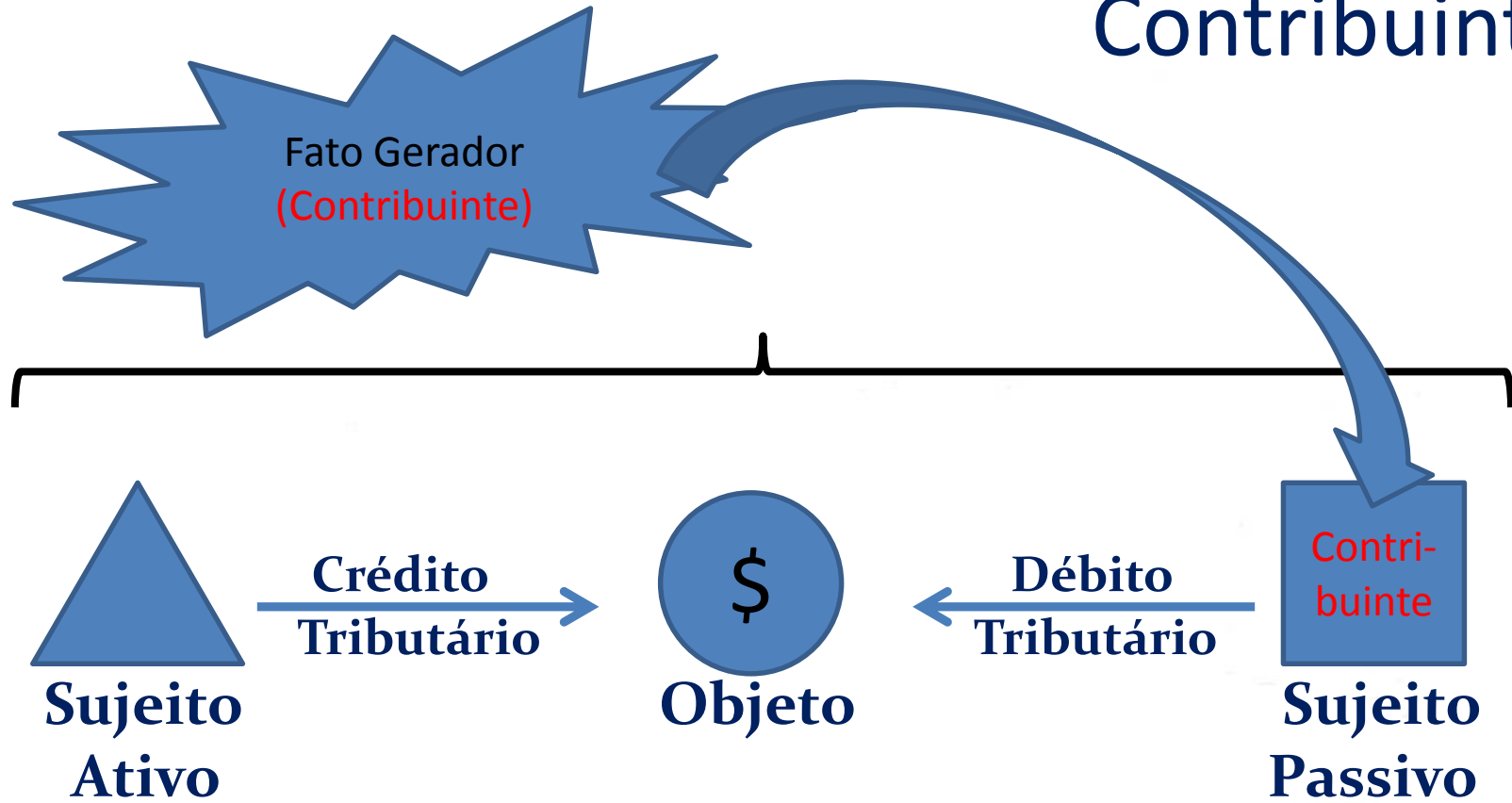
**b) de privações ou limitações ao exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração de bens e negócios;**

**c) da regularidade da constituição da pessoa jurídica, bastando que configure unidade econômica ou profissional**

# Sujeito Passivo

**\* Contribuinte: possui relação pessoal e direta com a situação que constitui fato gerador da obrigação tributária (CTN, art. 122, I)**

# Contribuinte



# Sujeito Passivo

**\* Responsável: aquele que não realiza o fato gerador, mas responde por pela obrigação tributária, em decorrência de previsão legal (CTN, art. 122, II)**

# Sujeito Passivo

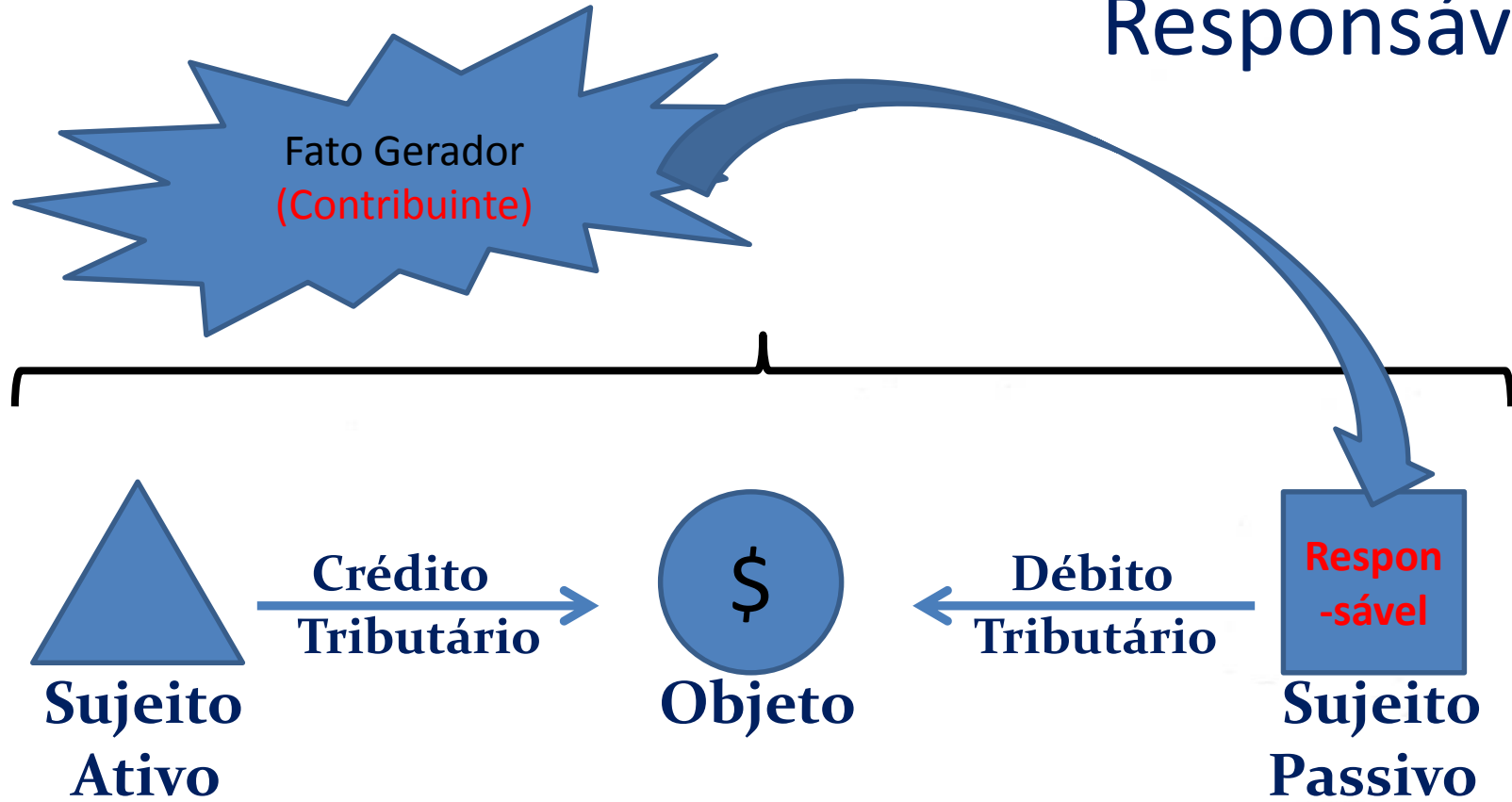
**\* O contribuinte poderá liberar-se da obrigação tributária, ou responder de forma “supletiva” (solidária ou subsidiária) por ela (CTN, art. 128)**



# Sujeito Passivo

**\* Importante: é necessário que o responsável seja um terceiro vinculado ao fato gerador da obrigação tributária, não podendo ser alguém completamente alheio ao fato (CTN, art. 128)**

# Responsável



# CESPE 2009 – IPOJUCA – PROCURADOR

63 Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), o sujeito ativo da obrigação tributária é toda pessoa física ou jurídica que pratica o fato gerador do tributo, pessoalmente ou por representantes legais.

\* CERTO

\* ERRADO

# CESPE 2014 – BAHIA – PROCURADOR

## QUESTÃO 04

O sujeito passivo diretamente ligado com o fato gerador é denominado responsável tributário.

\* CERTO

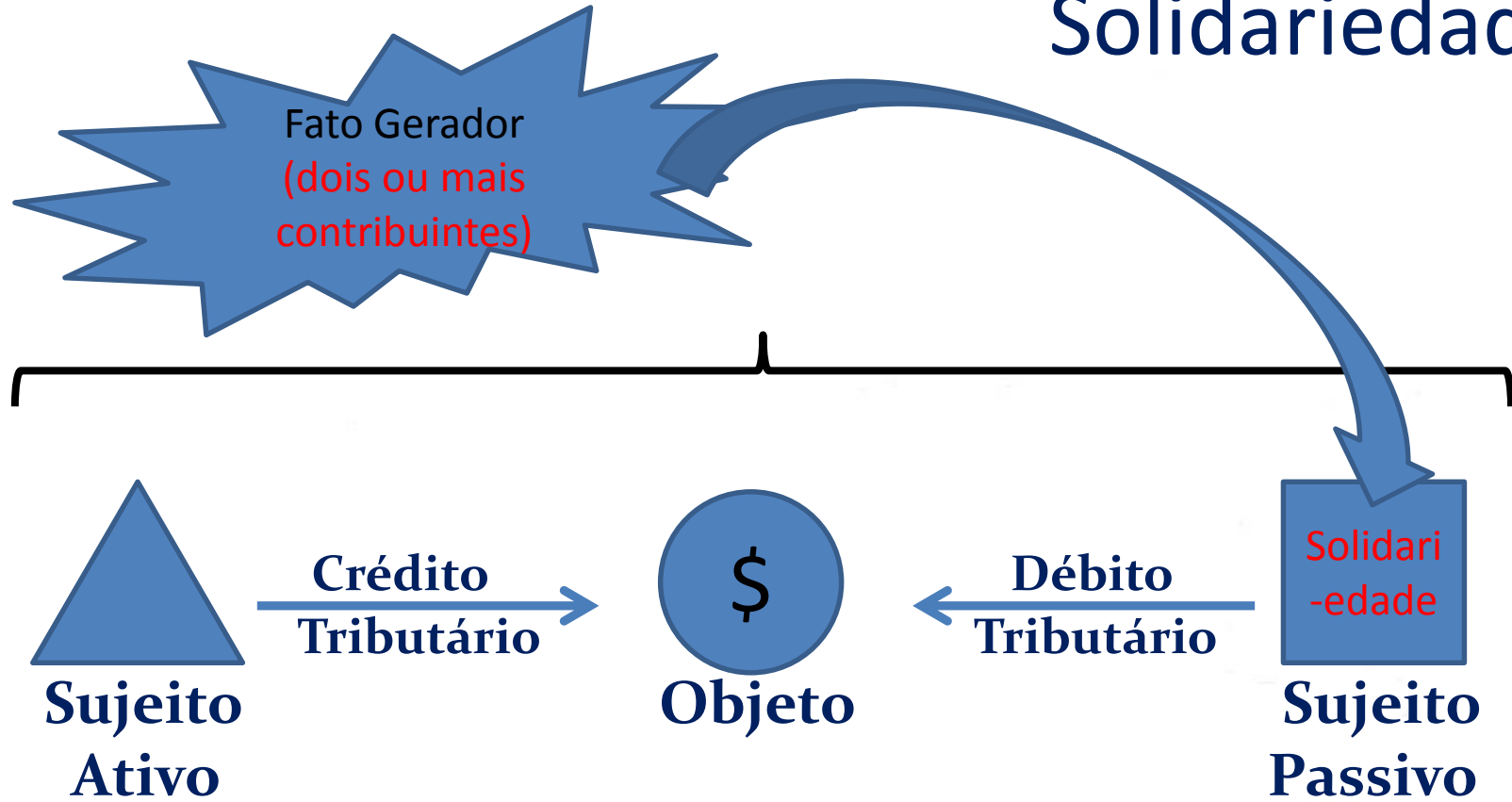
\* ERRADO

# Sujeito Passivo

**\* Solidariedade (CTN, art. 124):**

- De fato: situação na qual duas ou mais pessoas possuem interesse comum na situação que constitui fato gerador da obrigação tributária**
- De direito: a lei impõe de forma expressa a solidariedade entre duas pessoas**

# Solidariedade



# Solidariedade Tributária

- Efeitos da Solidariedade (CTN, art. 125):

a) não comporta benefício de ordem

b) o pagamento efetuado por um aproveita aos demais

c) a isenção ou remissão exonera todos, salvo se outorgadas pessoalmente a um deles, subsistindo solidariedade quanto aos demais pelo saldo

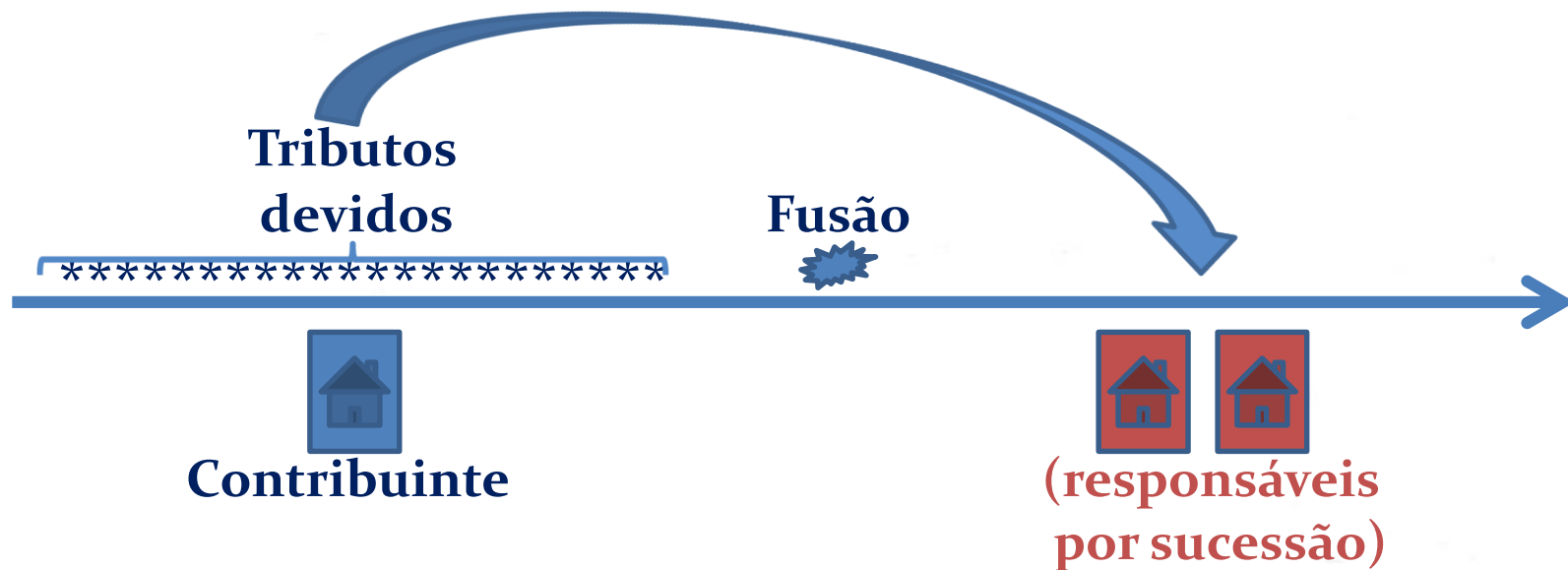
d) a interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados favorece ou prejudica aos demais

# Responsabilidade por Sucessão

**\* Pessoa Jurídica: a sucessão da fusão, transformação, ou incorporação (CTN, art. 132)**



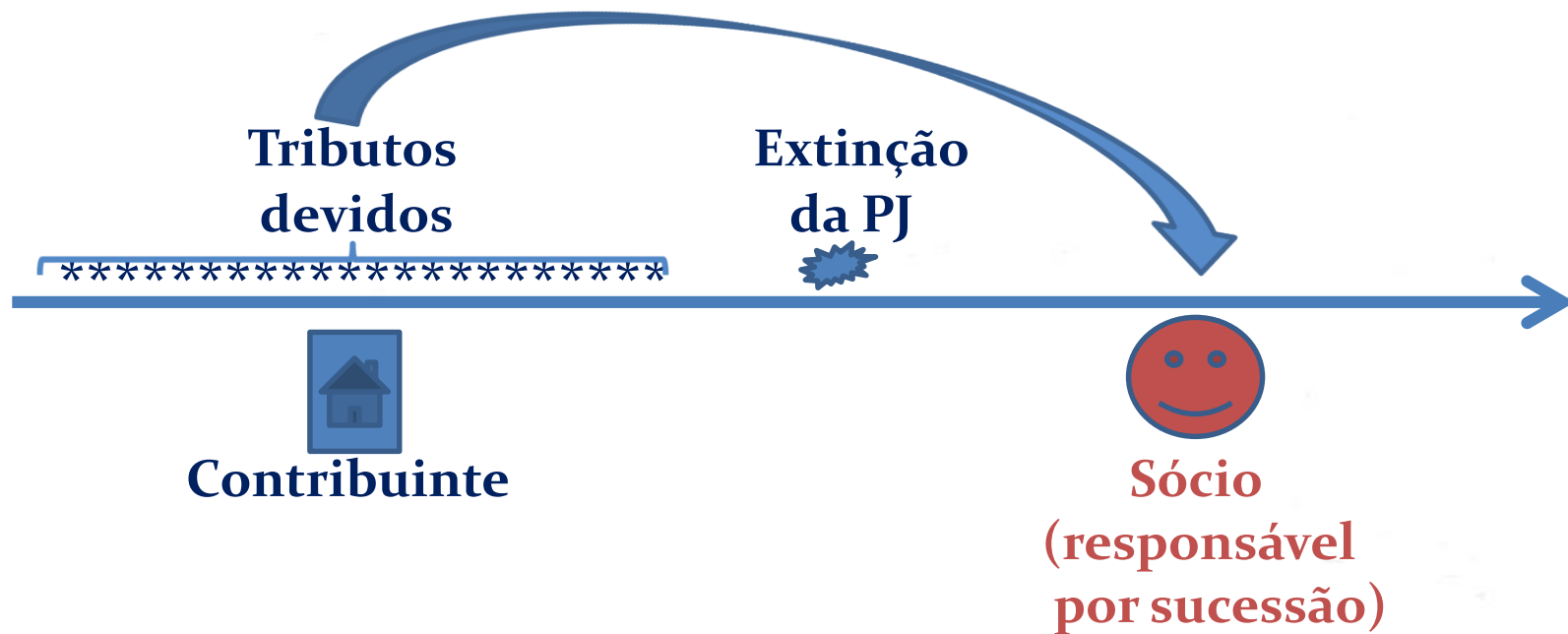
# Responsabilidade por Sucessão



# Responsabilidade por Sucessão

- O sócio da pessoa jurídica extinta sucede na responsabilidade pelos tributos devidos, caso continue a exploração da mesma atividade (CTN, art. 132, parágrafo único)

# Responsabilidade por Sucessão



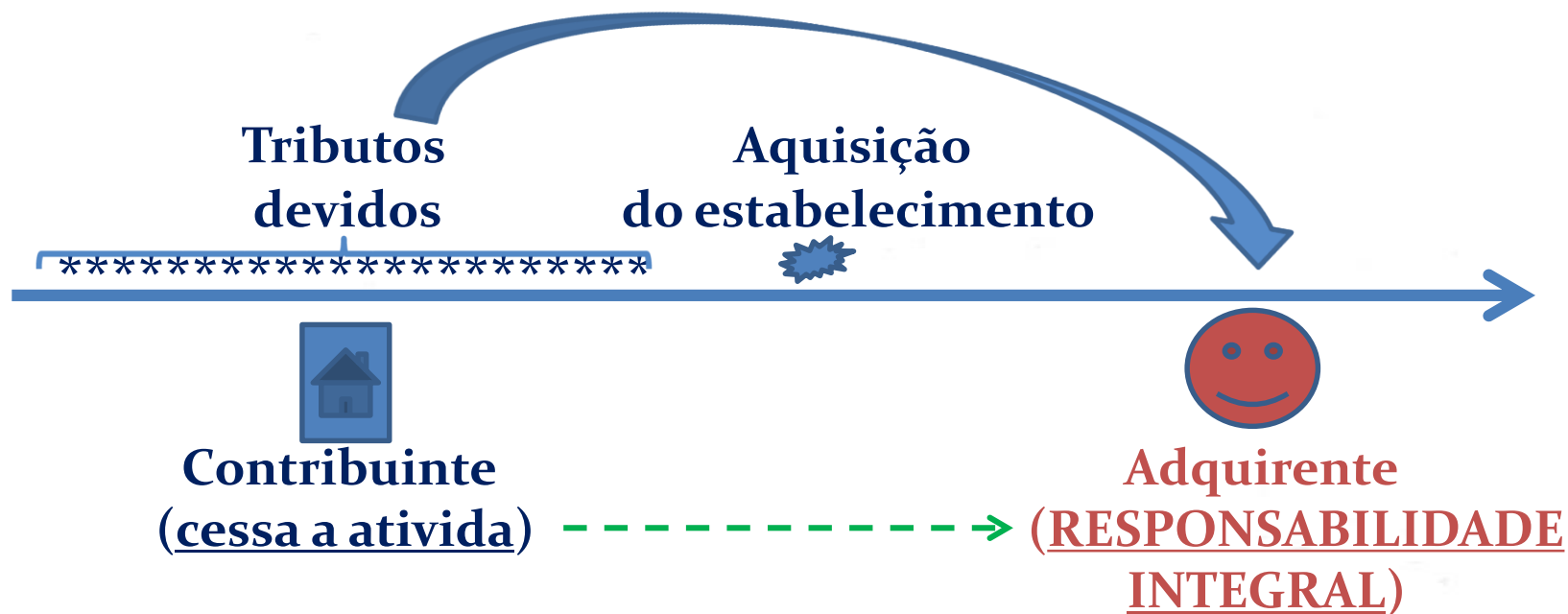
# Responsabilidade por Sucessão

- Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento (CTN, art. 133):

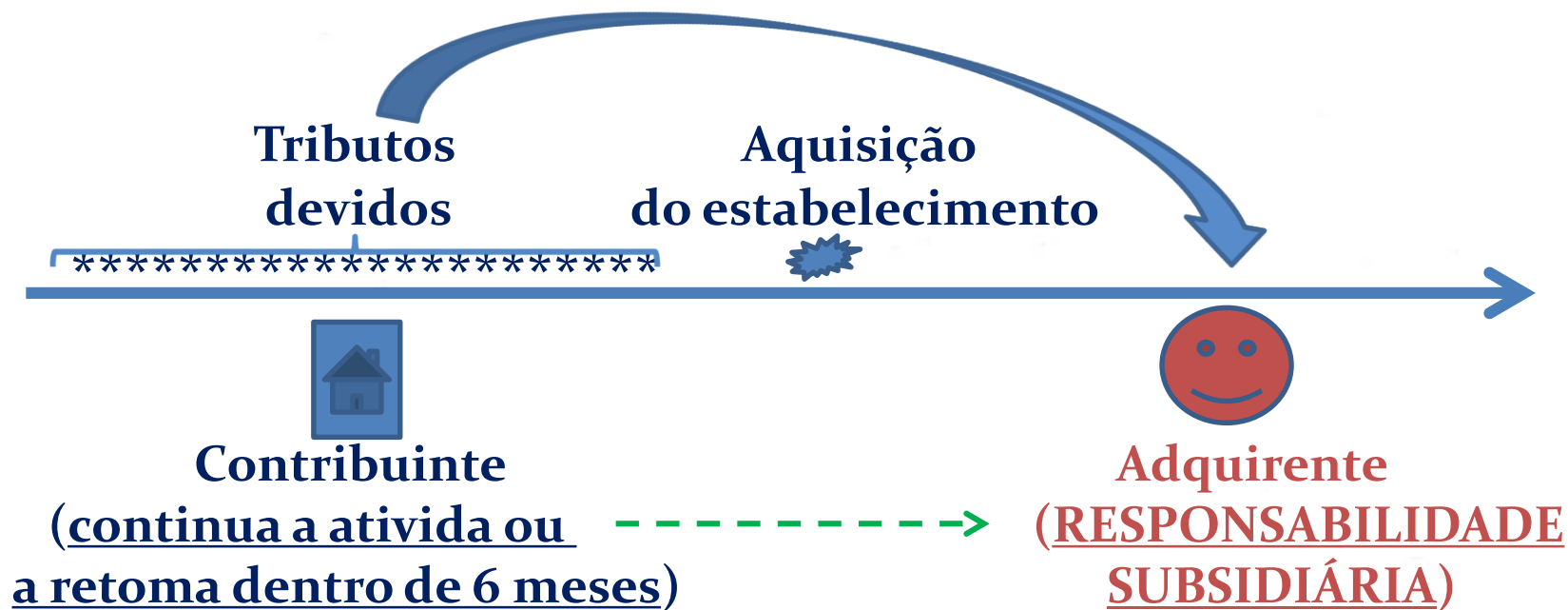
a) integral, se o alienante cessar a exploração da atividade

b) subsidiária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou inciar dentro de 6 meses nova atividade no mesmo ou em outro ramo

# Responsabilidade por Sucessão



# Responsabilidade por Sucessão



# Responsabilidade por Sucessão

- Caso a aquisição do estabelecimento ou fundo de comércio se dê no âmbito de processo de falência ou recuperação judicial, o adquirente não se responsabiliza pelos tributos devidos pela adquirida, salvo se o adquirente for (CTN, art. 133, §§1º e 2º):

# Responsabilidade por Sucessão

- Sócio da sociedade falida
- Sociedade controlada pelo falido
- Parente em linha reta ou colateral atpe o 4º grau, consangüíneo ou afim do falido ou de qualquer dos seus sócios
- Agente do falido, com o objetivo de fraudar a sucessão tributária



# Responsabilidade por Sucessão



# Denúncia Espontânea

CTN, Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

# CESPE 2008 – NATAL – PROCURADOR

## QUESTÃO 40

Quanto à disciplina da obrigação tributária, assinale a opção correta.

A) Caso duas pessoas jurídicas tenham adquirido um imóvel rural, à razão de 50% do total do imóvel cada uma, nesse caso, a solidariedade pelo pagamento do ITR será presumida e a isenção de crédito só não exonerará as duas pessoas jurídicas, se outorgada em caráter pessoal a uma delas.

B) Se um indivíduo tiver sido considerado absolutamente incapaz por sentença judicial proferida em ação de interdição, os efeitos da sobredita sentença terão repercussão em sua capacidade tributária passiva.

C) Se a empresa X adquirir, em hasta pública realizada em processo judicial de falência, o estabelecimento empresarial de filial da empresa Y, nesse caso, se a empresa Y cessar a exploração de sua atividade, a empresa X responderá integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento empresarial, devidos até a data da alienação.

D) Se um contribuinte, em sua declaração anual de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, inserir informações falsas e omitir rendimentos, com a intenção de exonerar-se do pagamento de impostos devidos à fazenda nacional e, constatada a irregularidade pela autoridade fazendária, for iniciado procedimento administrativo para apuração do ocorrido, mas, antes de ser intimado, o contribuinte efetuar o pagamento do tributo devido e dos juros de mora, nesse caso, a denúncia espontânea do contribuinte excluirá sua responsabilidade pela infração cometida.

# CESPE 2014 – BAHIA – PROCURADOR

## QUESTÃO 05

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação.

Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue os itens que se seguem.

Os créditos ainda não constituídos até a data do ato da sucessão empresarial, ainda que se refiram a obrigações tributárias surgidas até aquela data, não podem ser imputados aos adquirentes.

\* CERTO

\* ERRADO



# CESPE 2014 – BAHIA – PROCURADOR

## QUESTÃO 06

O alienante deixa de ser responsável pelos tributos devidos até a data do ato de sucessão empresarial, passando a responsabilidade a ser integral do adquirente.

\* CERTO

\* ERRADO

## QUESTÃO 02

Fiscais da fazenda estadual compareceram à sede de uma distribuidora de gêneros alimentícios, onde lavraram termo de início de fiscalização, arrecadaram documentos que estavam espalhados no departamento de contabilidade e notificaram o sócio-gerente para apresentar os livros e os documentos fiscais da empresa.

Ao examinar a documentação encontrada na empresa, os auditores constataram a existência de livros com a descrição de vendas à vista, vendas a prazo, vendas por cheque e vendas por cartão de crédito, seguida da discriminação de datas e de números semelhantes a valores monetários.

A empresa mostrou os livros de registro de entrada e saída de mercadoria e de apuração do ICMS. No entanto, ao verificar que os valores lançados nos livros fiscais diferenciavam-se dos encontrados nos livros arrecadados, os fiscais notificaram a sociedade comercial para apresentar seus livros diário e razão analítico, pedido que não foi atendido.

Em razão disso, os fiscais lavraram termo de verificação e responsabilidade tributária apontando atos ilícitos de responsabilidade dos sócios, dando-lhes de tudo ciência, e auto de infração pela diferença do ICMS, acrescida de multa por sonegação fiscal e correção monetária, notificando a sociedade comercial e indicando-a como devedora do tributo para apresentar defesa, ou pagar o valor apurado.

O fisco verificou os documentos dos últimos cinco anos da empresa, demorando cinco meses para lavrar o auto de infração e dois meses para notificar a empresa, que apresentou defesa administrativa, cujo procedimento encerrou-se passados seis anos da defesa apresentada. O executivo fiscal foi ajuizado quatro anos após o julgamento definitivo na esfera administrativa.

Findo o procedimento fiscal, os sócios alienaram o fundo de comércio e alugaram o imóvel a terceiro, que constituiu nova empresa no mesmo ramo de comércio anteriormente desenvolvido no local.

Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta.

A) Por tratar-se de sociedade por cota de responsabilidade limitada, a responsabilidade dos sócios pela dívida tributária é solidária, mas limitada ao valor que restou para integralização do capital.

B) A pessoa jurídica que continuar as atividades no local responderá pelas dívidas tributárias contraídas anteriormente.

C) A responsabilidade tributária é da empresa e somente subsidiariamente poderá ser responsabilizado o sócio.

D) Os sócios da empresa são pessoalmente responsáveis pelos débitos tributários, por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador.

E) A responsabilidade subsidiária do sócio somente será admitida no caso em exame porque os funcionários públicos lavraram termo de verificação e responsabilidade tributária dos atos ilícitos e deram ciência aos sócios.

# Sujeito Passivo

**\* Domicílio tributário (CTN, art. 127)**

**- Regra: domicílio de eleição**

**a) Pessoa física: residência habitual**

**b) Pessoa jurídica de direito privado: sede ou estabelecimento**

**c) Pessoa jurídica de direito público: qualquer das repartições no território do ente tributante**

# Sujeito Passivo

**- Exceção:**

- a) Quando não couber as regras: lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação**
- b) Quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização: mesma regra anterior**



## CESPE 2009 – IPOJUCA – PROCURADOR

64 Caso determinado contribuinte pessoa jurídica de direito privado, com sede em Minas Gerais e filiais em outros estados da Federação, não tenha elegido domicílio tributário, será sempre considerado seu domicílio tributário o lugar de sua sede, mesmo quanto aos fatos geradores ocorridos nas respectivas filiais.

\* CERTO

\* ERRADO

# LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

## 02 QUESTÕES

# Lançamento Tributário

## 1. Definição: CTN, art. 142.

“Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.”

# Lançamento Tributário

## 2. Elementos a serem verificados por meio do lançamento

- 2.1. verificar a ocorrência do fato gerador;
- 2.2. determinar a matéria tributável (a questão do planejamento tributário);
- 2.3. calcular o montante do tributo devido;
- 2.4. identificar o sujeito passivo; e
- 2.5. propor a aplicação da penalidade cabível.

# Lançamento Tributário

3. O lançamento no tempo: reporta-se à data do fato gerador e é regido pela lei então vigente



# Lançamento Tributário

**\* Exceções: lei nova que venha a**

**a) instituir novos critério de apuração e  
fiscalização;**

**b) ampliar os poderes da Administração;**

**c) Outorgar ao crédito tributário maiores  
garantias, exceto para estabelecer  
responsabilidade sobre terceiros**

# Lançamento Tributário

\* Regra:



\* Exceções:



# Lançamento Tributário

## 4. Modalidades de Lançamento

4.1. De ofício: ordinário ou por arbitramento: IPTU, IPVA, taxas de lixo, taxa de esgoto, COSIP, auto de infração

4.2. Por declaração ou misto: II, IE, taxas cartorárias, contribuições

4.3. Por homologação ou autolançamento: IR, ITR, IPI, IOF, ICMS, ISS, Cofins, CSLL, PIS, contribuições previdenciária, etc.



# Lançamento Tributário

## 5. Revisão do lançamento

### 5.1. Antes de notificado:

- a) Retificação de declaração do contribuinte que exclua ou minore tributo necessita de comprovação do erro
- b) Erros apuráveis por mero exame, a Administração pode sanar

# Lançamento Tributário

**5.2. Após notificado: não altera, exceto:**

**a) Impugnação**

**b) Recurso de ofício**

**c) De ofício pela Administração em caso de dolo, fraude, simulação, erro, ou omissão**

# CESPE 2009 – IPOJUCA – PROCURADOR

**65** Na hipótese de se comprovar ação ou omissão de contribuinte que esteja sujeita à aplicação de multa, é lícito que o lançamento seja efetuado e revisto de ofício.

\* CERTO

\* ERRADO

# CESPE 2008 – NATAL – PROCURADOR

## QUESTÃO 41

Em cada uma das opções abaixo é apresentada uma situação hipotética acerca do crédito tributário, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

A) Em determinado estado da Federação, o lançamento do ICMS era regido pela Lei X. Ocorre que, posteriormente, a referida norma foi revogada pela Lei Z, que atribuiu responsabilidade tributária por substituição. Nessa situação, a norma posterior será aplicável aos lançamentos referentes a fatos geradores ocorridos em data anterior à sua vigência, no que concerne à atribuição de responsabilidades a terceiros.

B) Mariana, após entregar sua declaração anual de imposto de renda de pessoa física, percebeu um erro na inclusão dos valores dos rendimentos recebidos, que reduziria o valor do tributo devido. Nessa situação, Mariana somente poderá efetivar a retificação caso demonstre a existência do erro em que se funda.

C) A concessão de moratória em caráter geral somente poderá abranger os créditos definitivamente constituídos à data da lei que estabelecer o favor.

[Apontamento: Moratória: modalidade de suspensão do CT

i) deve abranger apenas crédito tributário notificado

ii) geral ou individual

iii) revogação retroativa, em caso de descumprimento dos requisitos

iv) concessão pela União pode-se aplicar aos demais Entes, desde que aplicada aos tributos federais]

D) O município Y concedeu moratória em caráter individual a determinados contribuintes que satisfizessem certas condições estabelecidas em lei. A pessoa jurídica Gama, para quem foi inicialmente concedida a moratória em caráter individual, teve seu favor fiscal anulado em virtude de não ter cumprido as condições impostas legalmente. Nessa situação, inexistindo dolo ou simulação por parte do beneficiado, o prazo prescricional terá sido suspenso durante o período em que durou a moratória.



# CRÉDITO TRIBUTÁRIO

## 02 QUESTÕES

# Definição de Crédito Tributário

## 1. Perspectivas de definição

1.1. Perspectiva subjetiva: é o direito do sujeito passivo de exigir o pagamento do tributo



# Definição de Crédito Tributário

1.2. Perspectiva objetiva: é o objeto da obrigação tributária (prestação de dar, conduta humana), ou o objeto da prestação (quantia monetária)



# Definição de Crédito Tributário

**2. CTN, Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta**

**2.1. A “obrigação acessória” seria uma obrigação sem crédito?**

**2.2. Crédito tributário quanto às multas tributárias**

# Característica fundamental

**\* Submissão à estrita legalidade, em toda a dinâmica do crédito tributário**

## CESPE 2010 – BOA VISTA – PROCURADOR

**107** O estado pode conceder remissão de créditos constituídos referentes ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores sem que o benefício fiscal seja objeto de deliberação entre todos os estados e o Distrito Federal (DF) no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

\* CERTO

\* ERRADO

# CESPE 2009 – PERNAMBUCO – PROCURADOR

## QUESTÃO 01

Fiscais da fazenda estadual compareceram à sede de uma distribuidora de gêneros alimentícios, onde lavraram termo de início de fiscalização, arrecadaram documentos que estavam espalhados no departamento de contabilidade e notificaram o sócio-gerente para apresentar os livros e os documentos fiscais da empresa.

Ao examinar a documentação encontrada na empresa, os auditores constataram a existência de livros com a descrição de vendas à vista, vendas a prazo, vendas por cheque e vendas por cartão de crédito, seguida da discriminação de datas e de números semelhantes a valores monetários.

A empresa mostrou os livros de registro de entrada e saída de mercadoria e de apuração do ICMS. No entanto, ao verificar que os valores lançados nos livros fiscais diferenciavam-se dos encontrados nos livros arrecadados, os fiscais notificaram a sociedade comercial para apresentar seus livros diário e razão analítico, pedido que não foi atendido.

Em razão disso, os fiscais lavraram termo de verificação e responsabilidade tributária apontando atos ilícitos de responsabilidade dos sócios, dando-lhes de tudo ciência, e auto de infração pela diferença do ICMS, acrescida de multa por sonegação fiscal e correção monetária, notificando a sociedade comercial e indicando-a como devedora do tributo para apresentar defesa, ou pagar o valor apurado.



O fisco verificou os documentos dos últimos cinco anos da empresa, demorando cinco meses para lavrar o auto de infração e dois meses para notificar a empresa, que apresentou defesa administrativa, cujo procedimento encerrou-se passados seis anos da defesa apresentada. O executivo fiscal foi ajuizado quatro anos após o julgamento definitivo na esfera administrativa.

Findo o procedimento fiscal, os sócios alienaram o fundo de comércio e alugaram o imóvel a terceiro, que constituiu nova empresa no mesmo ramo de comércio anteriormente desenvolvido no local.

Considerando a situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta.

A) O tempo que decorreu entre a notificação do auto de infração e a decisão final da impugnação corre contra o contribuinte, que responderá pelo débito originário acrescido de juros e correção monetária caso seja mantida a exigência

B) Com o tempo transcorrido entre a lavratura do auto de infração e a constituição definitiva do crédito tributário, ocorreu a preempção do direito de constituir definitivamente o débito tributário.

C) A lavratura do termo de início da fiscalização interrompeu o curso do prazo prescricional.

D) Uma vez proposta a execução fiscal, e tendo sido determinada a citação do executado, o prazo decadencial foi interrompido.

E) O crédito tributário já existe a partir da lavratura do auto de infração, não cabendo discussão sobre perda de direito da fazenda pública.

1. Definição
2. Institutos afins
  - a) imunidade
  - b) Alíquota-zero
  - c) Não-incidência

# Exclusão do Crédito Tributário

## 3. Classificação

- a) Geral, ou individual (depende da solicitação administrativa pelo sujeito passivo)
- b) Condicionada ou incondicionada

# CESPE 2008 – ARACAJU – PROCURADOR

56 Ocorre a isenção tributária quando, mesmo havendo fato gerador e obrigação tributária, exclui-se a constituição do crédito tributário.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE 2008 – ARACAJU – PROCURADOR

54 A concessão de isenção de um tributo municipal, em caráter individual, independe de solicitação administrativa do sujeito passivo.

\* CERTO

\* ERRADO



# Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

**1. “Universalidade dos bens do credor”,  
salvo privilégios legais e  
impenhorabilidade legal**

# Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

**2. Presunção de fraude contra a Fazenda Pública, em caso de alienação ou oneração de bens ou o seu início, após a inscrição em Dívida Ativa, sem a reserva de suficiente para pagar o crédito tributário**

**\* A partir da LC 118/2005 não mais se exige a interposição de Execução Fiscal (CTN, art. 185)**

# Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

**3. Indisponibilidade de bens e direitos,  
quando citado (CTN, art. 185-A):**

**3.1. não paga a dívida**

**3.2. não apresenta bens à penhora**

**3.3. não se encontram bens a penhorar**

# Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

**4. Preferência no pagamento: prefere a quaisquer outros, ressalvados os trabalhistas e acidente de trabalho (CTN, art. 186, LC 118/2005)**

## Garantias e Privilégios do C.T.

**5. Preferência no pagamento no juízo da Falência: 3º, não considerados os créditos extraconcursais (Lei 11.101/2005, art. 83):**

**5.1. créditos trabalhistas, até 150 S.M. por credor, e acidentários**

**5.2. garantia real**

**5.3. crédito tributário, exceto as multas**

# Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

**6. Concurso de credores tributário (CTN, art. 187, parágrafo único): “O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:**

**I - União;**

**II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;**

**III - Municípios, conjuntamente e pró rata.”**

# CESPE 2008 – NATAL – PROCURADOR

## QUESTÃO 42

Ainda em relação à disciplina do crédito tributário, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

A) Marcelo recebeu por herança testamentária um imóvel comercial, gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Nessa situação, se a fazenda promover execução fiscal contra Marcelo, responderá pelo pagamento do crédito tributário a totalidade de seus bens e rendas, excetuados apenas o referido imóvel recebido por herança e outros declarados por lei ou por ato voluntário como impenhoráveis.



B) Ricardo possui débito para com a fazenda pública, por crédito regularmente inscrito como dívida ativa, em montante atualizado de R\$ 15.000,00. Apesar disso, Ricardo alienou imóvel de sua propriedade avaliado em R\$ 30.000,00. Nessa situação, presume-se fraudulenta a alienação, independentemente da capacidade econômica de Ricardo.

C) A pessoa jurídica Delta, em processo de falência, possui débito para com a fazenda pública, oriundo de crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Nessa situação, para o exercício da preferência, a fazenda pública deverá requerer a habilitação do crédito tributário no processo falimentar.

D) Fabiano possui débitos tributários para com as fazendas nacional, estadual e do DF. Nessa situação, o crédito tributário da fazenda nacional preferirá sobre os demais e os créditos tributários estaduais e distritais não terão preferências entre si, devendo ser satisfeitos conjuntamente e de forma proporcional.

# DÍVIDA ATIVA

## 05 QUESTÕES

# Dívida Ativa

**1. Definição: é a condição que passa a gozar o crédito do Estado que, por não ter sido adimplido no prazo fixado em lei ou em decisão regular, é levado a inscrição na repartição administrativa competente**

**\* A inscrição em dívida ativa é “ato de controle administrativo de legalidade” (LEF, art. 2º, §3º)**

# Dívida Ativa

## 2. Espécies: tributária e não tributária

CTN, art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

## 3. Implicações da inscrição do crédito tributário em dívida ativa

**\* Gera presunção relativa de certeza e liquidez do crédito tributário (pode ser elidida)**

# Dívida Ativa

LEF (Lei 6.830/80), Art. 3º A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite



## Dívida Ativa

- \* Constitui o sujeito passivo em situação de irregularidade perante o Fisco
- \* Passa-se a presumir fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo (CTN, art. 185)

# Dívida Ativa

- \* Habilita o crédito à Execução Fiscal**
- \* Afasta a decadência do crédito tributária quanto ao crédito constituído**

## Dívida Ativa

- \* Suspende a contagem do prazo de prescrição do crédito tributário por 180 dias, ou até que se interponha a Execução Fiscal (LEF, art. Art. 2º, §3º)
- O STJ entende inaplicável o dispositivo da LEF ao fundamento de que prescrição de crédito tributário é matéria reservada a LC

## 4. Nulidade da inscrição de Dívida Ativa e do processo de cobrança dela decorrente

\* **Motivação:** omissão de quaisquer dos requisitos ou elementos da inscrição, ou erro a eles relativo

# Dívida Ativa

**\* Saneamento da nulidade**

**+ possibilidade até a decisão de primeira instância**

**+ mediante substituição da certidão nula**

**+ ao sujeito passivo, acusado ou interessado, devolve-se o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada**

# CESPE 2008 – ARACAJU – PROCURADOR

57 Constitui dívida ativa tributária a proveniente do crédito tributário definitivamente constituído, mediante a lavratura de auto de infração tributária.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE 2008 – ARACAJU – PROCURADOR

58 A cobrança de juros de mora feita administrativamente pela fazenda pública não impede, de maneira nenhuma, a inscrição do título como dívida ativa e sua execução.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE 2008 – ARACAJU – PROCURADOR

**59** A presunção absoluta de fraude, no caso de alienação de bens ou rendas, ou o seu começo, por seu sujeito passivo, nasce desde a constituição definitiva do crédito tributário por meio da lavratura de auto de infração.

\* CERTO

\* ERRADO



# CESPE 2008 – ARACAJU – PROCURADOR

60 A presunção de certeza e liquidez de que goza a dívida ativa regularmente inscrita é sempre relativa.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE 2010 – BOA VISTA – PROCURADOR

**109** Qualquer omissão de requisito legal previsto para constar no termo de inscrição de dívida ativa causa a sua nulidade absoluta, caso a omissão não seja sanada até a decisão de primeira instância.

\* CERTO

\* ERRADO

# PROCESSO TRIBUTÁRIO

## 01 QUESTÃO

# CESPE 2008 – NATAL – PROCURADOR

## QUESTÃO 43

Com base no CTN, assinale a opção correta acerca da administração tributária.

A) Se, em execução fiscal promovida contra um contribuinte, o termo de inscrição da dívida ativa não contiver em suas especificações informações a respeito da origem e da natureza do crédito tributário, e o contribuinte somente postular essa nulidade na interposição do recurso de apelação nos embargos à execução, nesse caso, deverá ser declarada a nulidade da inscrição e do processo de cobrança.

B) Considere que a pessoa jurídica Zeugma pretenda participar de licitação promovida por ente público estadual. Para comprovação de sua habilitação jurídica, exigida pelo edital do certame, Zeugma deverá apresentar à comissão de licitações, além de outros documentos, certidão negativa de débitos tributários. Entretanto, Zeugma possui ação executiva fiscal promovida contra si, na qual foi efetivada a penhora e, conseqüentemente, a garantia do juízo. Nessa situação, Zeugma não estará habilitada para participar da licitação.

C) Para atender às exigências da legislação tributária, os escritórios de contabilidade têm de manter os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal por dois anos, para somente após este período incinerá-los.

D) Se, executado por débito fiscal, um contribuinte ajuizar embargos à execução em que sustente, entre outros argumentos, a tese de iliquidez do crédito tributário inscrito na dívida ativa, em virtude da fluência de juros de mora, nessa situação, com base no CTN, o referido argumento deverá ser acolhido pelo magistrado, determinando a extinção da execução.



